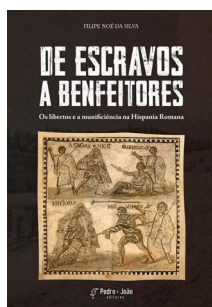




SILVA, Filipe Noé da. *De escravos a benfeitores: os libertos e a munificência na Hispania Romana*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 211 pp. ISBN: 9786558693840
Book Review



Augusto Antônio de Assis¹

<http://orcid.org/0000-0002-7646-4333>

augustoassis2q3d@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.25187/codex.v12i1.61966>



Filipe Noé da Silva, em *De escravos a benfeitores: os libertos e a munificência na Hispania Romana*, nos apresenta pormenorizada investigação sobre uma estratégia de inserção e ascensão social praticada por libertos, na Bética, nos dois primeiros séculos de nossa era, a munificência cívica. O livro, na verdade, é a publicação de sua tese de doutoramento, defendida em 2021, sob orientação de Pedro Paulo Abreu Funari, na Universidade Estadual de Campinas. A trajetória acadêmica do autor é marcada por temáticas relativas ao estudo de grupos subalternizados na Antiguidade, confluindo no presente trabalho. Somam-se aos quatro capítulos que compõem o volume, além de introdução e considerações finais, o prólogo, redigido por Juan Manuel Bermúdez Lorenzo (Universidad Rey Juan Carlos), e a apresentação, da lavra de Lourdes Conde Feitosa (UNISAGRADO).

“A manumissão e os libertos no Império romano”, primeiro capítulo da obra, ocupa-se da densa discussão historiográfica acerca da aquisição de liberdade, contemplando suas possibilidades,

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas. Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sob orientação do Prof. Dr. Glaydson José da Silva. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP, processo: 2022/10258-4.

modalidades e ameaças. O trajeto argumentativo é acompanhado de robusto cotejamento de fontes antigas, em especial, nesse momento, referentes à tradição textual. A crítica documental decorrente conduz a discussão ao tema da cidadania, com ênfase na legislação à época de Augusto. Desse modo, considerar as especificidades do caráter subjetivo e discursivo dos escritos, majoritariamente gestados por uma elite letrada que partilhava certas visões de mundo e estereótipos, faz com que Silva defenda, além de uma leitura a contrapelo, a investida em direção à cultura material. Nesse sentido, a discussão sobre epigrafia, que segue, intenta destacar suas potencialidades para o estudo em questão, sobretudo no tocante ao alargamento dos sujeitos históricos marginalizados e suas experiências, sem negar, todavia, as limitações tipológicas iminentes.

A semelhança de “Libertos antigos em Histórias modernas”, segundo capítulo do livro, com uma das mais clássicas obras de Moses Finley (1991) vai para além do título, ao compartilhar profundas inquietações a respeito da produção historiográfica, suas formas e condições. As reflexões do autor relacionadas às alterações epistemológicas da História Antiga, enquanto disciplina, recaem com maior profundidade sobre um dos temas centrais ao trabalho, a cidadania, mais especificamente, a distribuição ou restrição da mesma em processos de integração. Para tanto, *a priori*, parte da historiografia do início do século XX é examinada, considerando a influência das teorias raciais vigentes nos estudos sobre a manumissão antiga, em especial na apologia à noção de decomposição social do Império Romano. Num segundo momento, a homérica contenda sobre a economia antiga é revistada, enfatizando dois tópicos centrais, o papel dos libertos e as possibilidades e limitações analíticas a partir do *Satyricon* de Petronio. As conclusões deste segmento reiteram o que vai se delineando enquanto mote central do livro, a defesa da ampliação do *corpus* documental, para além da tradição textual, atrelada ao posicionamento crítico estabelecido tanto para com as fontes, quanto em relação à historiografia.

O terceiro capítulo, “A munificência cívica no Império Romano”, adentra de vez na temática mais específica da obra. Para tanto, inicia-se enfatizando a compreensão do evergetismo enquanto um conceito histórico, o que possibilita ao autor a análise de sua gestação e desenvolvimento na produção moderna. Além disso, Silva se debruça sobre o vasto repertório semântico associado a tal prática na Antiguidade, principalmente aquele relacionado à noção de *munus*. Defende-se que o caráter marginal delegado aos libertos nas benfeitorias cívicas, pela historiografia, contrasta com as possibilidades de atuação dos mesmos, dado o amplo repertório de condutas associadas, atestado pela documentação antiga.

Municiado das análises e reflexões levadas a cabo até então, o último capítulo, “Os libertos e a munificência cívica na Bética”, apresenta as contribuições mais robustas da obra. Os debates em seu prelúdio visam compreender a situação da Hispânia romana, bem como o estatuto jurídico dos libertos na atuação pública. O pormenorizado estudo que segue apoia-se em inscrições latinas realizadas por libertos, entre os séculos I e II d.C., sobretudo na província da Bética. Avaliando

temáticas relativas à atuação econômica e religiosa destes indivíduos, bem como à benemerência, principalmente, o autor constata que libertos, diante das barreiras impostas pela mácula escravista, buscaram se inserir e ascender socialmente por meio da munificência cívica. Para tanto, especificidades são consideradas, como questões de gênero e diferenças, por exemplo, na atuação de servos e libertos particulares. Além disso, afere-se que tal prática não pode ser compreendida enquanto mimetização dos empreendimentos das elites, uma vez que suas características e resultados eram distintos. Em alguns momentos, ainda, ensejos de cunho comparativo são enunciados com trabalhos que se dedicam à escravidão moderna numa perspectiva agenciadora.

Os principais méritos da obra orbitam, sobremaneira, na atualidade da temática e na relação estabelecida com as fontes. Em primeiro lugar, Silva, ao combinar rigor teórico e metodológico com a necessária sensibilidade, tratando-se da nefasta temática da escravidão, posiciona-se assertivamente de modo crítico, ressaltando a relevância social de seu trabalho. Atrelado a tal ponto, o emprego das fontes epigráficas, de modo includente e questionador, permite uma mirada a sujeitos historicamente marginalizados e questiona narrativas hegemônicas. Nesse sentido, concordando com Funari (2008, p. 100), a cultura material é fundamental para “historiadores que procuram ter acesso a segmentos sociais pouco visíveis ou conhecidos”. Considera-se, portanto, que Silva se arrola em tal grupo, logrando, com êxito, seu intento. Se resta um comentário ao autor, seria a possibilidade talvez interessante de uma reflexão posterior, haja vista este não ser um objetivo do presente trabalho, a respeito das relações entre as esferas pública e privada e o Estado romano, à luz do profícuo manancial documental examinado, sobretudo através de sua lavra crítica. *De escravos a benfeitores*, por fim, com escrita instigante e problematizada, compreende um aporte significativo nos estudos relacionados à liberdade, escravidão e cidadania, seja no mundo antigo ou além.

Referências bibliográficas

- FINLEY, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Trad. Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pp. 81-110.

